



Campromissa ética e as caminhos da extensão: um olhar sobre as intervenções extramuros da universidade

João Silva Lima*

Diante de um tema instigante e desafiador, grande é a responsabilidade, principalmente diante dos companheiros e companheiras que jogam suas vidas (acadêmica e pessoal) na luta pela extensão universitária, mas também diante de tantos e tantas que teimam em não ver sentido na extensão como processo educativo, com valor tão igual ao ensino e à pesquisa. Com aqueles, esses “diálogos de *Interagir*” são possíveis; com estes, absolutamente necessários! Espero poder contribuir tomando como foco central da discussão os caminhos da extensão universitária, com um olhar sobre as intervenções extramuros, na perspectiva de compreender e enfatizar o compromisso ético da universidade pública.

Essa reflexão, inteiramente aberta à crítica – porque não se pretende individualizada, mas apropriada coletivamente –, parte da compreensão de universidade pública, enquanto instituição que promove a produção e reprodução do conhecimento, que estimula o pensamento crítico e criativo e se constitui como um dos espaços adequados à formação humana para o pleno exercício da cidadania. Longe de querer esgotar essa questão, faz-se necessário repetir aqui dois pontos importantes e convergentes: **um**, que a formação acadêmica não pode ser baseada apenas na relação professor–aluno, centrada na figura do professor, aquele que conduz o processo educativo. O aluno deve se assumir como sujeito do seu processo formativo, indo além dos referenciais estabelecidos em sala de aula pelo professor, que não se anula nunca do processo de produção e reprodução do conhecimento. O que está em jogo é a concepção de ensino, que pode até se fazer sozinho (aliás, quantos professores têm orgulho em dizer “que bobagem, os meus alunos aprendem mesmo é quando eu ensino!”), mas com

certeza não se traduz numa ação educativa transformadora; **outro**, que a formação acadêmica não deve prescindir da interação com outras formas de aprendizagem, que se fazem presentes em diferentes espaços fora da sala de aula, dos laboratórios, das bibliotecas e da própria universidade. É nesse ponto que reside a maior dificuldade, talvez pela exigência do rompimento com o modelo estabelecido, por ser na universidade que se encontram as condições efetivas, que existe uma dinâmica a ser respeitada, que fora da universidade as ações são apenas complementares! Neste sentido, são compreensíveis as resistências ao processo de flexibilização curricular, que propõe romper com o modelo acadêmico de ensino centrado no eixo pedagógico clássico professor–aluno–sala de aula, que impõe limites significativos à ação educativa. A formação do estudante não deve, portanto, se limitar aos ensinamentos de sala de aula. Deve abrir caminhos, ampliando o entendimento de currículo e efetivando o real sentido de sua existência e importância na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população.

Essa visão de universidade pública, comprometida socialmente, representa um dos grandes desafios da extensão, que também não se efetiva sem a interação com o ensino e a pesquisa que, por sua vez, reafirmo, não devem ser dissociados e realizados apenas intramuros da universidade. Nesse ponto, convém então reafirmar o conceito de extensão das universidades públicas “(...) é o

* Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Extensão da Universidade Federal do Acre.
E-mail: joaolima@ufac.br

processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade". Essa concepção se sustenta pelo menos em quatro grandes diretrizes, que se articulam entre si: (a) a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que reafirma a extensão como atividade acadêmica, tão importante quanto as outras duas; (b) a interdisciplinaridade, que se constitui na interação de modelos, conceitos, materiais e metodologias, além da inter-relação de instituições, profissionais e pessoas; (c) a bilateralidade, que implica interação com grupos e movimentos sociais, relação de troca e participação efetiva da comunidade na atuação da universidade; e (d) relação social de impacto entre universidade e setores da sociedade, que deve ser transformadora tanto para a comunidade, com a melhoria da qualidade de vida dos seus membros, quanto para a universidade, com a produção do conhecimento socialmente referendado e a formação acadêmica baseada no confronto com a realidade.

Assim concebida, a extensão universitária se concretiza por muitos caminhos, que convergem, apesar das divergências e equívocos, no sentido da interação universidade e sociedade, na construção de um processo permanente de inserção da universidade nos diversos setores da sociedade, tanto da esfera de governo quanto com os movimentos sociais e populares. A extensão integra as dimensões da vida acadêmica como uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula, articulando a universidade às diversas organizações da sociedade, numa enriquecedora troca de conhecimentos e experiências, que favorece a visão integrada do social. É com a extensão, portanto, que a universidade pública pode sair dos seus muros e constituir-se verdadeiramente como um patrimônio público, enfrentando os distanciamentos que separam a academia dos movimentos populares, construindo relações duradouras de parcerias, participando efetivamente das ações transformadoras da realidade em que está inserida, concretizando-se por meio de ações e intervenções *na e com* as comunidades.

Não resta dúvida de que essa articulação entre universidade e sociedade/comunidades populares, potencializada via extensão, que arti-

cula ensino e pesquisa, possibilita uma melhor formação acadêmica tanto para os alunos quanto para os professores. Com essa compreensão, passamos então a considerar alguns elementos que configuram as ações e intervenções extramuros da universidade.

Entre os diversos motivos que levam professores e alunos à prática acadêmica da extensão, "poder aplicar na comunidade o conhecimento adquirido na universidade" é o mais preponderante. Trata-se de uma espécie de ímpeto em testar o saber acadêmico e permitir o acesso da população a um conhecimento científico. Essa visão pode corresponder ao pensamento historicamente determinado, porém equivocado, de que o saber universitário é superior ao conhecimento da população, havendo, portanto, a necessidade de transmitir este saber a essa ou aquela comunidade. Nessa relação, professores e alunos se dirigem à comunidade para reproduzirem a mesma lógica do ensino, centrado na figura daquele que deve ensinar àqueles que precisam aprender. Em tal perspectiva, a inserção só deve fazer sentido para contar nos relatórios, que servem apenas para encher as gavetas e prateleiras. O que não se considera, nesse caso, é o grande valor sócio-cultural intrínseco da comunidade, as formas trabalhadas cotidianamente, e repassadas e aprimoradas de geração em geração, de superar os desafios da vida, nos seus mais diversos aspectos. A lógica deveria ser outra, ser reinventada a partir da vivência com a comunidade, com as suas potencialidades e limites; daí, porque um dos princípios éticos importantes nessa relação é a compreensão e valorização dos atores sociais envolvidos no processo; a universidade não pode reproduzir a tática da colonização, da dominação, da anulação das vivências e práticas sócio-comunitárias.

Por outro lado, tanto professores quanto alunos, nessa interação, não podem se assumir como sujeitos que não têm nada a dizer, só ouvir e absorver, passivamente, o que os atores sociais dizem, nivelando-se ao senso comum, tratando as questões sem o necessário aprofundamento conceitual, afinal é deles que se espera o conhecimento acadêmico sistematizado, como uma das formas possíveis de entender a realidade e propor superação dos problemas. Ausentar a ciência no debate é tão pior quanto anular a força do

saber popular; o desafio é a conexão desses saberes, o acadêmico e o popular, visto que não são excludentes, nem se sobrepõem, mas são socialmente complementares. Isso não é fácil, existem muitas dificuldades, até mesmo para quem vivencia essa prática cotidianamente.

Outro aspecto diz respeito à prática recorrente na pesquisa acadêmica, quando produzida nos moldes tradicionais, de utilizar os dados coletados, realizar descobertas e produzir conhecimento, mas raramente retornar com essa produção para os integrantes da comunidade-alvo. Não há participação efetiva da comunidade, a não ser como objeto de pesquisa, jamais enquanto sujeito da ação, na maioria das vezes, sequer existe comunicação dando conta dos alcances da pesquisa. O distanciamento perpassa todo o processo, desde a concepção da pesquisa até o momento de divulgação dos resultados ou produtos. Há uma separação entre o momento investigativo (pesquisa) e o momento ativo (ação). É fundamental não separar esses dois momentos. É preciso juntar pesquisadores e membros da comunidade na identificação de problemas, na busca de soluções viáveis e na implementação de ações coletivamente deliberadas. Quando separados, os sujeitos das comunidades onde as pesquisas se realizam não aparecem, suas vozes são silenciadas no mundo acadêmico. Isso acontece nos fóruns, congressos, seminários específicos de pesquisa e, por que não, também nos de extensão, como ficou tão bem constatado, principalmente pelos alunos presentes ao VIII Ibero-Americano de Extensão Universitária. Como pode um congresso de extensão sem a presença de representantes das comunidades que deram lugar às centenas de trabalhos acadêmicos? Por que não realizar seminários de pesquisa e extensão nas próprias comunidades, com a participação de seus representantes, assegurando-lhes espaços e ambientes adequados para o diálogo de saberes?

A inserção da universidade na comunidade não pode ser esporádica, pontual, feita na base da boa vontade, no espontaneísmo dos alunos, como prática assistencialista, ainda que isso tudo possa existir. Ao contrário, deve ser realizada de modo planejado, com ações referenciais dentro de um programa consistente e solidamente construído com a participação dos atores sociais. Não basta ir à comunidade sem o compromisso da continuidade; é preciso superar a visão da extensão

como ação eventual, sem perspectiva de sustentabilidade, que só pode ser alcançada quando as ações são compartilhadas e existe vontade política dos atores envolvidos. Nessa interação e troca são gerados os benefícios para a comunidade, sobretudo quando as ações desenvolvidas possibilitarem melhoria das condições de vida dos seus membros, forem realizadas na perspectiva da autonomia dos atores sociais envolvidos, superando assim o modelo tradicional da tutela e da dependência. O conhecimento produzido deve ser socializado e apropriado pela comunidade para fazer frente aos seus grandes problemas. A intervenção da universidade na comunidade é necessária, mas a universidade não deve assumir compromissos que são inerentes à própria comunidade, muito menos substituir as políticas públicas, que constituem funções do Estado. A universidade deve fazer com que a sociedade se aproprie dela, justamente por ser um bem público, a serviço do público.

A inserção da universidade na comunidade deve ir além de uma relação utilitária, de natureza imediatista e de resultados pontuais; não se trata de uma interdição absoluta de ações específicas de enfrentamento a determinados problemas, mas que inclusive essas ações sejam realizadas com a participação efetiva da comunidade, construindo caminhos e abrindo espaços onde sejam exercitadas relações democráticas, produtoras de saberes e práticas efetivamente cidadãs. A ação extensionista deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando qualquer forma de dependência ou assistencialismo. Da mesma forma, recomenda-se que a extensão seja realizada em articulação com as administrações públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, alertando-se, no entanto, que a universidade não pode substituir o poder público em suas funções constitucionais.

É bem verdade que a procura pela Universidade se concretiza na escolha e na realização de um curso superior. As matrículas institucional e acadêmica instituem o processo de entrada no curso, para se percorrer um longo percurso feito, basicamente, de disciplinas. Nelas, os acadêmicos encontram os elementos fundamentais da formação universitária, inteiramente ordenada a partir da figura daquele que ensina por que sabe. Fora das estruturas curriculares das disciplinas figuram as chamadas “atividades complementares”, desen-

volvidas em escalas de menor prioridade, muitas vezes concorrendo com as ações curriculares de ensino. Se para essas existe um conjunto de normas e procedimentos que as tornam obrigatórias, para aquelas é preciso a adesão e a vontade dos professores e alunos, que se lançam ao desafio de vencer as barreiras do instituído.

A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário. Não se trata de uma concessão, de um diletantismo, mas de uma exigência do processo formativo. Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade. Deve-se pensar um novo modelo de sociedade, nos três eixos das práticas humanas: do fazer, do poder e do saber, ou seja, levando a participação formativa dos universitários no mundo da produção, no mundo da política e no mundo da cultura.

Existe um conjunto de experiências que denotam a importância da inserção da universidade nas comunidades. Uma delas, talvez a que seja mais desafiadora, resulta da articulação com o ensino e pesquisa, tendo a flexibilização curricular como força motora e pólo irradiador. Diversas instituições experimentam, com certo sucesso mas muito trabalho, currículos acadêmicos integrados pelas chamadas “atividades curriculares em comunidades” (ACC) ou “atividades curriculares de extensão” (ACE) ou ainda “atividades curriculares de integração ensino, pesquisa e extensão” (ACIEPE). Trata-se de um componente obrigatório da integralização curricular, com a mesma importância que as disciplinas basilares do curso. Essas atividades têm relação direta com a temática central do curso, são planejadas em vista das demandas sociais, implicam outras relações acadêmicas que se desenvolvem na e com a comunidade, onde o aluno se insere na realidade, estuda, pesquisa, discute, produz conhecimento, interagindo com os diversos atores comunitários envolvidos.

Existem muitos relatos de estudantes e professores de universidades públicas federais ressaltando a importância dessas atividades em comunidade, porque traduzem oportunidade concreta

de ida à comunidade, experiência de contextualização, momento de percepção real da relação entre a área de saber onde estão envolvidos e as prioridades sociais. Para muitos, essas atividades constituem os primeiros movimentos de aproximação com a realidade social; para outros, consistem numa espécie de (re) aproximação com olhar diferenciado da sua realidade, uma experiência rica não encontrada nos limites da sala de aula, dos laboratórios, enfim, na própria universidade.

A extensão constitui importante dimensão da formação ética. Há muitas outras instâncias de formação ética na universidade, essa não é exclusiva, mas não existe formação ética na universidade sem o contato com as prioridades sociais, sem esse entendimento, sem essa visão do papel que a instituição precisa ter como capitalizadora da sociedade de que a gente precisa. A extensão articulada ao ensino e à pesquisa, enquanto intervenção extramuros da universidade, passa pela definição de princípios ou critérios éticos, entre os quais destacam-se a participação, a relação não impositiva, a devolução da informação aos interessados, alguma forma de emancipação ou empoderamento dos atores sociais envolvidos.

Por fim, diante das críticas de que a universidade precisa ultrapassar seus muros, assumindo mais compromissos com a sociedade que a sustenta, é preciso reconhecer que ainda existe um considerável distanciamento entre o que a universidade faz e o que a sociedade espera que ela faça, talvez pelo fato de que o tempo da formação intelectual, cultural, artística e científica, que é próprio da academia, não acompanhe o tempo e a dinâmica da realidade social, que exige respostas imediatas à complexidade dos problemas. Contudo, não se pode negar também a pouca compreensão e até valorização da universidade, enquanto um bem público, capaz de produzir conhecimentos, formar profissionais e atuar na defesa e consolidação da cidadania. O não reconhecimento e valorização dessa missão da universidade tem como resultado direto a falta de interação, no sentido do comprometimento, entre a universidade e a sociedade. É fundamental superar esse estranhamento, romper com essa visão de universidade fechada à realidade fora dela e isto passa, sem dúvida, pela consciência e (re)conhecimento da extensão como processo educativo que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a inserção da universidade na comunidade.

Referências

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção extensão universitária, v.1).

CORRÊA, José Edison. *Extensão universitária, política institucional e inclusão social*. In: **Revista Brasileira de Extensão Universitária/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, vol. 1, n. 1 (2003). Rio de Janeiro: UFRJ; UNIRIO, 2003. p. 12-15.

FARIA, Dóris Santos de. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

THIOLLENT, Michel. *A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária*. In: **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Michel Thiollent, Targino de Araújo Filho e Rosa Leonora Salerno Soares (organizadores). Niterói: EDUFF, 2000. p. 19-28.